



Educação, Informação Comunicação e Saúde: Proteções contra a DESINFORMAÇÃO

**SEMINARIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE:
PROTEÇÕES CONTRA A DESINFORMAÇÃO**

EIXO TEMÁTICO: GT 5 - Temas Livres em Desinformação, Ciência e Saúde

INCLUSÃO DIGITAL: A REALIZAÇÃO DO CURSO DE INTRODUÇÃO À
INFORMÁTICA PARA USUÁRIOS DO CAPS-AD GREGÓRIO DE
MATOS,

SALVADOR, BAHIA

DIGITAL INCLUSION: IMPLEMENTATION OF THE INTRODUCTION TO
COMPUTER SCIENCE COURSE FOR USERS OF CAPS-AD GREGÓRIO DE
MATOS, SALVADOR, BAHIA

ATENÇÃO: NÃO IDENTIFICAR O TRABALHO PARA SUBMETER À AVALIAÇÃO

Modalidade: texto completo

Resumo: A crescente digitalização das relações sociais tem evidenciado a importância do acesso universal às tecnologias da informação. O curso de introdução à informática, ofertado aos usuários do Centro de Atenção Psicossocial - álcool e drogas, Gregório de Matos (CAPS AD), por meio da ACCS MATC53, objetivou a inclusão digital desse público. A metodologia adotada baseou-se na escuta ativa dos alunos. Os temas abordados incluíram: símbolos e logotipos da informática; conhecendo o computador; revisão e agilidade na digitação; criação de e-mail; introdução ao software livre; navegação em plataformas digitais; acesso ao Gov.br e introdução à inteligência artificial. O curso despertou entusiasmo entre os participantes, promovendo o fortalecimento da autoestima, da autonomia e do engajamento com os conteúdos. Como produto final, a turma elaborou uma cartilha impressa com os conteúdos abordados. A experiência reforça a importância de iniciativas educativas voltadas à democratização do acesso digital como ferramenta de inclusão social e cidadania.

Palavras-chave: informática; CAPS AD; inclusão digital.

Abstract: The increasing digitalization of social relations has highlighted the importance of universal access to information technologies. The introductory computer science course, offered to users of the Gregório de Matos Psychosocial Care Center for Alcohol and Drugs (CAPS AD), through ACCS MATC53, aimed to digitally include this audience. The methodology adopted was based on active listening to the students. The topics covered included: computer symbols and logos; getting to know the computer; proofreading and typing agility; creating e-mail; introduction to free software; navigation on digital platforms;

access to Gov.br and introduction to artificial intelligence. The course sparked enthusiasm among participants, promoting the strengthening of self-esteem, autonomy and engagement with the content. As a final product, the class prepared a printed booklet with the content covered. The experience reinforces the importance of educational initiatives aimed at democratizing digital access as a tool for social inclusion and citizenship.

Keywords: computing; CAPS AD; digital inclusion.

1 INTRODUÇÃO

O rompimento com o modelo asilar, viabilizado pelos processos sociais e políticos da Reforma Psiquiátrica (RP), gerou discussões sobre os modelos tradicionais de cuidado psicossocial no Brasil. Como resultado da iniciativa dos movimentos sociais na década de 1990, as mudanças começaram a tomar forma no país. O primeiro CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) foi inaugurado em 1986, mas ainda era insuficiente para lidar com a demanda em saúde mental e tinha baixa efetividade quanto à superação da institucionalização do indivíduo. Foi apenas em 2001, com a Lei n.º 10.216/2001 (Lei Paulo Delgado), que houve avanços significativos no que diz respeito aos direitos das pessoas com transtornos mentais e do modelo tradicional de assistência em saúde mental.

A luta antimanicomial foi importante para o alcance de políticas sociais significativas como, por exemplo, o CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), equipamento de saúde mental que oferta atendimento multiprofissional para tratamento e acompanhamento dos usuários de maneira ampliada e integral, considerando suas vulnerabilidades individuais e sociais. Um dos objetivos desse serviço, além do acompanhamento clínico, é promover a autonomia e fortalecer os vínculos familiares fragilizados. Diferente do modelo hospitalocêntrico, o CAPS AD atua incentivando os indivíduos a partir de suas potencialidades e necessidades, ofertando atividades terapêuticas, acompanhamento clínico e oficinas de educação em saúde. Além disso, o cuidado é realizado em parceria com as redes de atenção à saúde, equipes de redução de danos, a comunidade do território e outros equipamentos comprometidos com a garantia do acesso a direitos e inclusão social como superação das mazelas, tanto dos usuários quanto de suas famílias (BRASIL, 2004).

A crescente digitalização das relações sociais tem evidenciado a importância do acesso universal às tecnologias da informação e comunicação. No entanto, esse

avanço não ocorre de forma democrática e equânime entre todos os grupos sociais. A chamada “inclusão digital” continua marcada por desigualdades, e sua ausência contribui para a desinformação, especialmente nos campos da saúde, da educação e da comunicação. Esse problema se agrava quando se considera populações em situação de vulnerabilidade social, como os usuários dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD).

Propõe-se discutir os limites da inclusão digital e suas repercussões para os usuários dos CAPS AD, com ênfase nas lacunas de acesso à informação confiável, no reforço de estigmas e nas dificuldades relacionadas ao letramento digital. A desinformação, nesse contexto, atravessa o cotidiano dos usuários e impacta diretamente sua relação com o cuidado, com a cidadania e com o próprio sentido de pertencimento social. Assim, a promoção da inclusão digital torna-se essencial para garantir o exercício pleno da cidadania e reduzir as barreiras de acesso.

No campo da saúde, a vulnerabilidade dos usuários dos CAPS AD é particularmente acentuada pela livre circulação de conteúdos falsos sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas, tratamentos, internações compulsórias, medicamentos psiquiátricos e direitos humanos. Além disso, há o reforço de representações sociais carregadas de valores negativos, que geram discriminação e distanciamento social. Isso leva ao afastamento dos usuários das redes de cuidado, à resistência terapêutica e ao fortalecimento de narrativas moralizantes sobre o uso de substâncias psicoativas. Vídeos, áudios e mensagens que circulam nas redes sociais, por exemplo, contribuem para associações inverídicas entre o uso de psicofármacos e “dependência química”, ou defendem práticas compulsórias de isolamento e exclusão como formas válidas de “cura” ou tratamento.

Na educação, os desafios da inclusão digital se somam à descontinuidade dos processos de aprendizado. Muitos usuários apresentam trajetórias escolares interrompidas, associadas a implicações institucionais ou a vulnerabilidades sociais e individuais. Isso resulta em pouca ou nenhuma familiaridade com ambientes digitais e suas ferramentas, como e-mails, navegação ou serviços governamentais online. Mesmo quando acessam dispositivos móveis, muitos não possuem criticidade suficiente para avaliar os conteúdos produzidos e disseminados no ambiente virtual. Nesse caso, a desinformação se alimenta justamente da falta de inclusão e acessibilidade desse grupo social. Isso reforça a ideia de que inclusão

digital não se resume ao acesso à internet e a dispositivos, mas envolve o acesso autônomo e propositivo ao espaço digital.

Em relação à comunicação, a lógica sofisticada dos algoritmos pode invisibilizar ou distorcer as narrativas sobre o sofrimento psíquico e o uso abusivo de substâncias, além de minimizar ou ignorar seus efeitos colaterais a curto, médio e longo prazo. Paralelamente, a ausência de protagonismo dos usuários dos CAPS AD como agentes autônomos e responsáveis por sua saúde intensifica a violência simbólica e institucional, além de reforçar o silenciamento histórico dessas populações. Uma inclusão digital emancipadora, portanto, deve ser construída com a participação ativa dos sujeitos. Isso implica desenvolver metodologias e ações que vão além da simples distribuição ou disponibilização de equipamentos em espaços de saúde ou assistência, priorizando estratégias de formação crítica, empoderamento digital e práticas pedagógicas inclusivas dentro dos próprios CAPS AD ou em espaços compartilhados de cuidado.

Oficinas de letramento digital e iniciação à informática, rodas de conversa sobre fake news, formação para participação político-social no ambiente digital, midiativismo e outras metodologias são caminhos possíveis para promover a inclusão dessa população. Tais iniciativas devem estar em sintonia com as subjetividades dos usuários e respeitar seus processos terapêuticos individuais, reconhecendo a tecnologia como instrumento de cuidado, informação e pertencimento no mundo contemporâneo.

Em síntese, este trabalho defende a importância de políticas públicas de saúde mental articuladas com a sociedade civil, a comunidade acadêmica e os territórios, visando ao acesso à informação como parte dos processos de cuidado. Trata-se de uma estratégia fundamental para o enfrentamento da desinformação e para a construção de uma cidadania digital mais justa. Mais do que combater a desinformação, é necessário avançar na superação das desigualdades no acesso ao conhecimento. Para os usuários dos CAPS AD, garantir a inclusão sócio-digital é promover dignidade e pertencimento ao mundo contemporâneo, especialmente no atual contexto hiper tecnológico e virtualizado. O desafio, portanto, é político, mas também ético e comprometido com as coletividades.

1.1 CAPS-AD GREGÓRIO DE MATOS E A UFBA

O Centro de Atenção Psicossocial Gregório de Matos, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, simboliza a articulação entre saúde e academia, consolidando uma colaboração de grande relevância. Localizada no Pelourinho, em Salvador, e sob a gestão da Escola de Enfermagem da UFBA, essa unidade reflete o compromisso da universidade com a prestação de serviços especializados em saúde mental e promoção de saúde, reforçando seu papel como parte da construção de conhecimentos, inovação e desenvolvimento social.

A gestão do Centro de Atenção Psicossocial pela UFBA, coordenada pelos professores, Priscilla Coimbra e George Amaral, fortalece sua atuação no campo da saúde mental, especialmente no cuidado de pessoas em situação de vulnerabilidade, atravessadas pelas repercussões do abuso de álcool e/ou outras drogas. Ao integrar as atividades acadêmicas com o atendimento psicossocial, a universidade proporciona uma experiência formativa prática e direta, permitindo o desenvolvimento de competências acadêmicas e profissionais de forma contínua e enraizada nas demandas da população. Importante destacar que a Escola de Enfermagem da UFBA já estava diretamente envolvida na prestação de serviços no CAPS-AD Gregório de Matos antes mesmo da inauguração da nova sede, quando a unidade ainda funcionava nas dependências da Faculdade de Medicina da Bahia, no Terreiro de Jesus. Durante esse período, a UFBA, por meio de projetos de extensão, já exercia um papel fundamental na gestão e colaboração com a comunidade.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFBA na unidade transcendem os limites da capital, estendendo seus benefícios também às regiões do interior do estado. A nova sede, equipada com tecnologia avançada para videoconferências e salas de reunião, configura-se como um importante espaço formativo, que potencializa a disseminação de conhecimentos e práticas voltadas à atenção psicossocial em toda a Bahia. Esse ambiente educativo reforça o papel estratégico da UFBA na qualificação contínua da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo diretamente para a educação em saúde permanente dos profissionais que atuam nessa área.

Em suma, a parceria entre a UFBA e o CAPS-AD Gregório de Matos potencializa a qualificação dos profissionais que atuam na área de saúde mental, além de contribuir com a comunidade através de oficinas e práticas de educação em saúde e acompanhamento clínico. Ao integrar a prática acadêmica à intervenção social e à produção de conhecimento, a UFBA reafirma sua posição como uma

instituição que age em prol da transformação da sociedade, proporcionando uma formação de excelência que não está descolada da prática profissional e das necessidades da população brasileira. Essa articulação não apenas eleva o padrão dos serviços de saúde mental prestados à comunidade, mas também contribui de maneira decisiva para o desenvolvimento contínuo da saúde pública no estado da Bahia, consolidando a universidade como um dispositivo importante na promoção do bem-estar social e da inovação no cuidado psicossocial.

1.2 METODOLOGIA

No início do semestre letivo de 2024.2 da Universidade Federal da Bahia (UFBA), correspondente ao componente curricular “ACCS Onda Solidária de Inclusão Digital: Tecnologia a Serviço da Cidadania” (MATC53), Instituto de Matemática e Estatística, a turma foi dividida em equipes, a partir da escolha individual de ingressar em cursos diversos pré-estabelecidos pela coordenadora do projeto e docente adjunta. Cada um destes cursos têm um público de interesse e todos trabalham conteúdos programáticos de informática, seja na perspectiva introdutória ou avançada. Dessa forma, cada grupo foi incumbido a desenvolver aulas do curso escolhido, de forma autoral e supervisionada pela docente e monitores do componente.

Este relato trata-se da experiência de três instrutoras, que tiveram como público de interesse os usuários do CAPS-AD Gregório de Matos, parceria que ocorre de maneira satisfatória há alguns semestres.

As aulas foram ministradas no campus Ondina da UFBA, em uma sala com disponibilidade de computadores e projetores, reservada à ACCS MATC53. O curso ocorreu às terças-feiras, no intervalo das 13h às 16h30, com duração diária de 3h e carga horária total de 24h no semestre. Ao total, foram 8 encontros, com início em 19 de novembro de 2024 a 21 de janeiro de 2025. Todas as aulas seguiram uma metodologia padronizada, iniciando com a recepção dos alunos, depois a apresentação do conteúdo por meio de *slide*, seguido de exercícios nos computadores relacionados ao tema. Ao final, durante o *coffee break*, os alunos podiam tirar alguma dúvida, propor temas e expressar as suas percepções acerca da aula.

O conteúdo do curso de introdução à informática foi construído de forma participativa com os próprios usuários do CAPS-AD, através de uma metodologia

dialógica adequada às demandas expressadas por eles durante a primeira aula do curso. Além disso, como parte do cronograma do componente ACCS MATC53, a docente pré-estabeleceu dois (02) conteúdos obrigatórios e comuns a todos os grupos: “*software livre*” e “*inteligência artificial*”. Assim, os assuntos ministrados, por ordem cronológica foram: símbolos e logotipos da informática; conhecendo o computador; revisão de digitação; criação do *e-mail*; digitação rápida; introdução ao *software livre*; acessando o Gov.br; introdução à inteligência artificial.

Inicialmente, o curso contou com um total de 9 inscritos, destes, houve desistência de 5 alunos(as). A forma de avaliação final para este curso foi pelo cálculo de frequência no curso, sendo aprovados apenas os 4 alunos(as) contemplados com um certificado de conclusão por igual ou superior a 75%.

Ao final, a partir da demanda dos alunos, reunimos todo o conteúdo essencial do curso em uma cartilha de 3 páginas. O modelo de cartilha impressa foi escolhido por sua viabilidade, visto que os alunos não possuíam equipamentos tecnológicos, como *smartphones* e computadores.

1.3 PERFIL DOS ALUNOS

A análise do perfil sociodemográfico dos alunos participantes visa compreender suas características e contribui para a formulação de políticas educacionais mais inclusivas. O grupo é composto por nove (09) alunos, sendo seis (06) do gênero masculino (66,7%) e três (03) do gênero feminino (33,3%), dos quais uma se identifica como mulher transgênera. Todos os participantes se autodeclararam negros, e a faixa etária varia entre 25 e 40 anos, evidenciando um grupo de estudantes adultos. Uma limitação para caracterização do perfil sociodemográfico dos alunos foi a ausência de dados para analisar categorias relevantes como escolaridade e renda.

Um estudo apresentou dados sóciodemográficos dos usuários do serviço, como a prevalência de pessoas do sexo masculino no tratamento do uso abusivo ou prejudicial de álcool e outras drogas, com índices que variam de 77,4% a 89,9%. No que diz respeito às faixas etárias, destacam-se que usuários analisados no estudo com mais de 34 anos eram a maioria em atendimento no serviço. Tratando-se de ocupações, mais da metade dos usuários não possuíam nenhum tipo de ocupação e as porcentagens variaram de 51,5% a 87,3%. Quanto à escolaridade, 27,6% dos usuários não tinham nenhum ano de escolaridade, 42,6% tinham de quatro a sete

anos de estudo e 17% de oito a onze anos. A maioria dos usuários faz uso de álcool (44,37%), seguido por múltiplas drogas (39,02%), cocaína (14,18%) e maconha (2,43%) (TREVISAN, CASTRO, 2017).

Logo, a predominância masculina no grupo e a presença de pessoas trans/travestis reforçam a importância de considerar questões de gênero e diversidade nas estratégias de ensino. Além disso, é indispensável considerar as vulnerabilidades sociais e individuais, a falta de acesso às políticas sociais e os fatores de risco associados como iniquidades que impactam diretamente na trajetória de vida desses indivíduos, com consequências também em seus processos de aprendizagem.

2 DESENVOLVIMENTO

A inclusão digital é definida como o direito de acesso ao mundo digital, o que capacita o desenvolvimento intelectual, como a educação e a geração de conhecimento, e o desenvolvimento de capacidade técnica e operacional; não se reduzindo apenas a capacidade de acessar computadores, mas de promover independência (FERNANDES et al., 2017). Nesse cenário, um dos principais benefícios atingidos no projeto de inclusão digital foi o desenvolvimento de habilidades em informática, promovendo a autonomia dos participantes no uso de ferramentas essenciais no cotidiano, como: sistemas operacionais, navegadores de *internet*, editores de texto e *e-mails*. A partir do domínio dessas ferramentas, os alunos conseguiram acessar informações *on-line*, realizar serviços digitais e navegar em plataformas de comunicação, facilitando suas interações com o mundo digital.

Além disso, o curso despertou um notável entusiasmo entre os participantes, que demonstraram interesse em adquirir e aprimorar conhecimentos no uso de ferramentas tecnológicas. Ao serem estimulados nesse campo, a curiosidade e disposição para o aprendizado destacaram a importância de iniciativas que promovam a inclusão digital de maneira mais ampla e acessível. Dessa forma, além de sublinhar a relevância do acesso à tecnologia, evidenciou seu potencial de promover mudanças significativas no cotidiano dos indivíduos, configurando-se como um instrumento indispensável para o empoderamento e autonomia.

Em conclusão, a democratização do acesso às tecnologias da informação e comunicação é essencial para promover uma sociedade mais inclusiva, especialmente para grupos em situação de vulnerabilidade, como os usuários do

CAPS-AD. Assim, a ação extensionista não apenas ampliou o acesso ao mundo digital, mas também contribuiu para a superação de barreiras de isolamento social, reafirmando o direito constitucional de ações que promovam a emancipação e participação plena de todos os cidadãos.

2.1 CONHECIMENTOS GERADOS A PARTIR DO CURSO

O projeto nos proporcionou, como instrutoras, um vasto conjunto de aprendizados, tanto no campo técnico quanto no pedagógico, os quais extrapolam o simples domínio das ferramentas digitais. Inseridas no contexto do projeto de extensão "Onda Solidária de Inclusão Digital: Tecnologia a Serviço da Cidadania", conduzido pela Universidade Federal da Bahia, a experiência nos exigiu um refinamento das nossas habilidades como educadoras, ao passo que foi necessário adequar conteúdos e metodologias a um público heterogêneo, exigindo um exercício individual e coletivo de compreensão mais profunda e sensível acerca das demandas e realidades dos nossos alunos.

Esse contexto, por sua vez, nos exigiu a criação de metodologias alternativas que possibilitasse a tradução de conceitos complexos de maneira acessível, no entanto, sem comprometer a qualidade e a profundidade do conteúdo. Ademais, a interação com os alunos ampliou nosso olhar sobre a diversidade de contextos presentes em projetos voltados para a inclusão digital. Ao lidar com um público composto por pessoas que enfrentam desafios relacionados à saúde mental, fomos levadas a ajustar não apenas a forma como transmitimos o conhecimento técnico, mas também a nossa maneira de conduzir a interação em sala de aula, respeitando as subjetividades e construindo um ambiente de acolhimento e suporte.

Além das questões diretamente relacionadas ao ensino da informática, a vivência reforçou em nós a importância de uma abordagem crítica sobre o papel da inclusão digital como um agente transformador na vida dos indivíduos, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social. A experiência nos levou a refletir sobre a relevância de projetos que promovam a democratização do acesso às tecnologias, não apenas como uma forma de inserção no ambiente digital, mas como uma ferramenta de promoção da cidadania e de superação das barreiras impostas pelas condições sociais e econômicas.

Em síntese, o curso de introdução à informática proporcionou um significativo aprendizado, nos permitindo desenvolver um olhar mais atento e social. Assim, além

de aprimorar nossas habilidades técnicas, reflete-se sobre o papel da educação em contextos sociais complexos, contribuindo de forma decisiva para o nosso processo de formação acadêmica, social e política.

2.2 DIFICULDADES ENFRENTADAS

Embora o projeto tenha gerado benefícios significativos na busca da inclusão social e digital, sua execução não esteve isenta de desafios gerados pelas diferenças sociais, as barreiras de comunicação e a inconsistência na participação dos alunos, aspectos diretamente relacionados ao contexto de vulnerabilidade em que os participantes estão inseridos.

Nesta análise, um dos desafios mais marcantes foi a desigualdade social, que influenciou diretamente o nível de acesso prévio dos participantes à tecnologia. Muitos dos usuários do CAPS Gregório de Matos provinham de contextos onde o acesso a computadores, *smartphones* e à *internet* era severamente limitado ou, em alguns casos, inexistente. Em casos assim, o acesso pelo computador a aplicativos vinculados ao Governo do Estado, a exemplo do “Gov.br”, foi impossibilitado, já que para utilizá-lo é necessário ter uma conta pré-cadastrada no celular. Isso gerou frustração nos alunos e evidenciou barreiras de acessibilidade que iniciam pelo desenvolvimento tanto da plataforma quanto do app e, conseqüentemente, gera exclusão. Em paralelo a isso, dados recentes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) trazem que a taxa de excluídos sociais no Brasil é de 24,8%; sendo a média da OCDE 14,3% (OECD, 2023). Assim, todo esse cenário evidencia a profunda lacuna tecnológica presente em contextos vulneráveis, onde o preterimento social reflete dimensões ainda mais profundas de invisibilização e desigualdades.

Além disso, um obstáculo relevante foi à linguagem utilizada no curso que, embora adaptada para o nível básico, ainda é um fator limitante para os alunos que não estão familiarizados com os termos utilizados. Assim, o processo de planejamento tornou-se ainda mais desafiador e complexo, dado que os usuários enfrentavam questões de diversas ordens. A inconsistência na participação dos alunos também se revelou um desafio, pois a regularidade nas aulas foi afetada, gerando algumas ausências e fragmentação no fluxo de aprendizagem.

Outra questão que surgiu como um desafio foi a condição de alimentação dos alunos. Esta necessidade surgiu na primeira semana, como uma sugestão de um

aluno que sugeriu que a distribuição de alimentação seria uma ótima ideia para incentivar os outros usuários do CAPS a participarem, diminuindo a evasão. Aderimos então a essa crítica construtiva, pois a fome, como um fenômeno crônico geograficamente universal, não meramente momentânea, impõe ao indivíduo que sua maior preocupação seja saciar a fome, proporcionando condições ínfimas de elaboração de planos a longo prazo e mudança de perspectiva de vida (FIALHO, AMORIM, 2020). Logo, se o indivíduo está tomado pela sensação de fome, ele deseja supri-la, e não conseguirá fixar sua atenção ao conteúdo da aula, tornando-a improdutiva.

No entanto, em meio às dificuldades enfrentadas, a assistência da redutora de danos durante as aulas foi essencial, conforme definida no Manual de Redução de Danos: Saúde e Cidadania:

“Redução de Danos é uma estratégia de saúde pública que busca controlar possíveis consequências adversas ao consumo de psicoativos sem, necessariamente, interromper esse uso, e buscando inclusão social e cidadania para usuários de drogas.”
(BRASIL, 2001).

Nesse contexto, a redução de danos atuou em prol do usuário, promovendo um ambiente acolhedor e adaptado às realidades individuais. A abordagem possibilitou o enfrentamento das barreiras, como a falta de familiaridade com as tecnologias e as condições de saúde mental. A presença da redutora foi muito importante para o engajamento dos alunos no processo de aprendizado e a construção de um espaço acolhedor e inclusivo devido ao vínculo de confiança e acordos de responsabilidades e comprometimento estabelecidos entre a redutora e os usuários.

Em suma, as dificuldades ao longo do curso não diminuíram a relevância e o impacto que teve sobre os participantes, no entanto, ressaltaram a necessidade urgente de políticas públicas que abordem as questões de exclusão digital e social no contexto de vulnerabilidade. Ao confrontar essas barreiras, a experiência aponta outras necessidades além de equipamentos ou acesso à internet, como a capacitação e o investimento em recursos pedagógicos adequados, capazes de alcançar todos os públicos de maneira equitativa, especialmente aquelas que,

historicamente, são marginalizadas e excluídas ao acesso à tecnologia e à educação.

3 CONCLUSÕES/ CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de introdução à informática para os usuários do CAPS-AD Gregório de Matos foi uma jornada de aprendizado muito significativa pois cada atividade planejada considerou as demandas dos usuários, priorizando suas singularidades e contato prévio com as ferramentas e ambiente digital. Esses processos apreendidos ao longo do curso refletiram desafios que estão além do conhecimento técnico, pois envolvem um compromisso com a inclusão social.

A universidade se apoia no tripé fundamental de atuação institucional: ensino, pesquisa e extensão. Isto é, a responsabilidade em promover conhecimento, inovação e o desenvolvimento social. Assim, a parceria entre a UFBA e o CAPS-AD Gregório de Matos é a realização de princípios garantidos na Constituição Federal e reforça a troca e uso correto dos recursos, promovendo oportunidades para que grupos atravessados por vulnerabilidades sociais e individuais sejam potencializados ao construir aprendizados diversos no campo da tecnologia e informação.

A integração entre saberes fortalece e amplia as possibilidades de transformação na vida dos usuários do serviço. Além disso, contribui para a formação de discentes que atuam como instrutores, incentivando-os a desenvolverem suas habilidades de comunicação e compreensão, mas também o compromisso social com realidades e necessidades diversas da nossa sociedade.

Em suma, espera-se que esse relato de experiência contribua para reflexões sobre a inclusão digital e a importância de iniciativas que promovam a construção de conhecimentos e o empoderamento de grupos em situação de vulnerabilidade. Ao compartilhar os resultados da prática, pretende-se destacar as potencialidades da colaboração entre a universidade e outros dispositivos sociais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS ESTRATÉGICAS. **Saúde Mental
no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília : Ministério da Saúde,
2004.

SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE: PROTEÇÕES CONTRA A
DESINFORMAÇÃO

SALVADOR – 29, 30 e 31 de julho de 2025

BRASIL. (2001). **Manual de Redução de Danos: saúde e cidadania**. Ministério da Saúde.

FERNANDES, Violeta Campolina; SPAGNUOLO, Regina Stella; NASCIMENTO, Edinalva Neves. Percepção de conselheiros de saúde sobre acesso às informações e inclusão digital. **Saúde Soc.** São Paulo, v.26, n.1, p.218-228, 2017. DOI: 10.1590/S0104-12902017167411.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; AMORIM, Josabete Bezerra Cacao. Abandono escolar, pobreza e fome: biografia de um jovem negligenciado. DOI: 10.26512/lc.v26.2020.31794. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 26 (2020), p. 1-19.

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). **Demography - Population - OECD Data [Internet]**. 2023. Available from: <https://data.oecd.org/pop/population.htm>.

TREVISAN, Erika Renata; CASTRO, Sybelle de Souza. PERFIL DOS USUÁRIOS DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. DOI: 10.22278/2318-2660.2017.v41.n4.a2375. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 41, n. 4, p. 994-1012 out./dez. 2017.